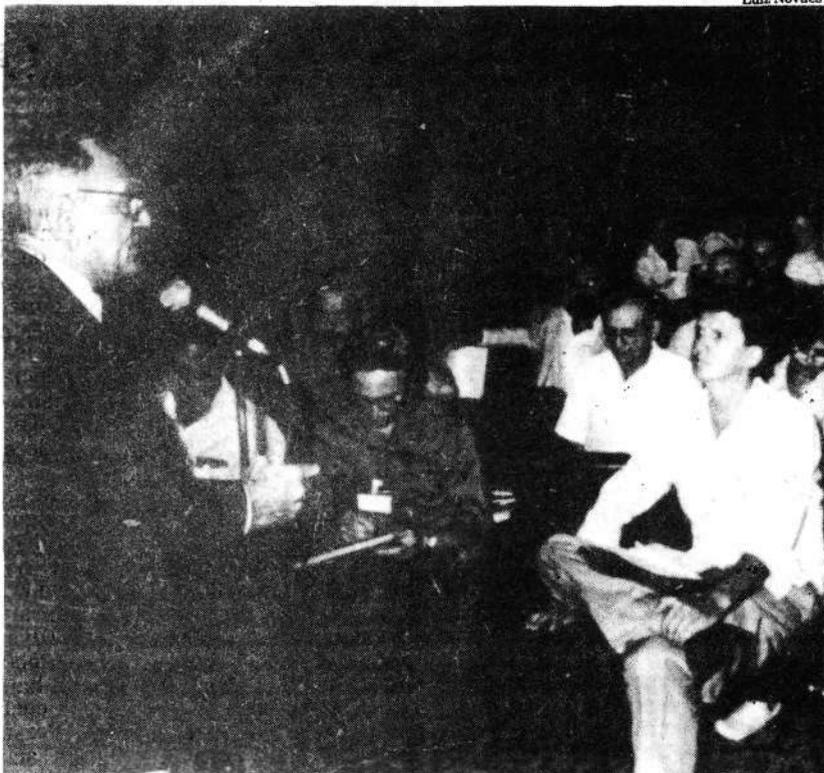


Acordo

Luiz Novaes



Hélio Jaguaribe, em reunião de representantes dos governos em Goiânia

Encontro em Goiânia discute "Programa de Emergência"

ROSSANA ALVES
Enviado especial a Goiânia

Retomada do crescimento econômico, via retorno dos investimentos públicos e privados, redução da inflação e do desemprego, racionalização de subsídios e incentivos e realização de uma reforma tributária e administrativa ampla. Estes são os pontos centrais do chamado "Programa de Emergência" para a superação da crise econômico-financeira do país, que começou a ser discutido ontem em Goiânia, com a participação de economistas, empresários, líderes sindicais e representantes dos governos estaduais de todo o país.

Articulado pelo vice-governador de São Paulo, Almino Affonso e pelo governador de Goiás, Henrique Santillo, o encontro tem por objetivo a elaboração de um plano de curtíssimo prazo que evite o aprofundamento da recessão vivida pelo Brasil, a ser levado ao presidente José Sarney. O documento contendo propostas de política econômica a ser fechado hoje, será analisado dentro de no máximo 15 dias por governadores, lideranças sindicais e empresariais e pelos partidos políticos. "A partir dessa discussão política, fechamos o documento para ser encaminhado ao presidente", afirma o vice-governador.

Apesar da heterogeneidade dos cerca de cinquenta participantes do encontro, ao final do primeiro dia de debates já foi possível delinear as preocupações básicas do grupo. Eles defendem a prática de uma 'austeridade fiscal' por parte do governo, através da racionalização da estrutura administrativa e dos gastos públicos. A austeridade, porém, não deve implicar na prática de arrocho salarial para o funcionalismo público, nem no corte linear dos investimentos, notadamente dos Estados e municípios. "Tem de haver seletividade dos cortes", defende o secretário especial de Coordenação de Programas de São Paulo, Alberto Goldman. Nessa linha de pensamento, os participantes defendem uma espécie de reforma tributária de emergência, que viabilize o aumento da carga tributária líquida da União, via taxação progressiva de todas as formas de renda e da redução de incentivos, subsídios e transferências.

A recessão é vista pelos participantes como um fantasma que precisa ser afastado, e que tem causas básicas a inflação e o desemprego. "Como nível de inflação que estamos convivendo e o desemprego aumentando cerca de 3% ao mês, o país não consegue se segurar mais que sessenta dias", afirma o sociólogo Hélio Jaguaribe.

Brizola critica "conchavo" para a votação do sistema

Da Sucursal do Rio

O presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, afirma hoje em matéria paga publicada em diversos jornais, sob o título "A fórmula da traição", que está em fase de conclusão "o grande conchavo Ulysses-Sarney", pela aprovação na Constituinte do parlamentarismo e do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Na coluna, Brizola afirma que o acordo é uma "hedionda violação da boa-fé e dos direitos políticos dos brasileiros".

Brizola diz que o governador do Estado do Rio, Wellington Moreira Franco, que era a favor do presidencialismo e de eleições ainda este ano, já aderiu ao acordo pelo parlamentarismo e pelo mandato de cinco anos para Sarney e que a bancada do PMDB do Estado do Rio já foi instruída para se posicionar contra o presidencialismo.

Ele também critica o presidente do PMDB ao lembrar que Ulysses Guimarães vinha se posicionando pelo presidencialismo desde o início dos trabalhos do Congressoconstituinte e que agora, a seu ver,

assume uma atitude "complacente ao parlamentarismo". Leonel Brizola afirma que o acordo significará o prolongamento, por mais dois anos, "da calamidade nacional em que se transformou o governo Sarney".

O presidente nacional do PDT diz que o PMDB e os partidos que se aliam a ele na aprovação do parlamentarismo e dos cinco anos para Sarney procuram, com o acordo, evitar o voto direto e que eles "murcharão nas urnas" com a mesma intensidade com que incharam com o falso sucesso do Plano Cruzado.

Leonel Brizola, segundo seu assessor de imprensa, Fernando Brito, considera que ainda não está definido a tendência da constituinte pelo parlamentarismo. Segundo ele, Brizola recebeu ontem várias informações de Brasília de que o presidente nacional do PFL Marco Maciel não aderiu ao parlamentarismo. Na avaliação de Brizola, ainda de acordo com seu assessor, nenhum partido pode, no momento, avaliar com segurança qual o sistema de governo que será aprovado.